

## Senado aprova Fundo Social do pré-sal e redistribui os *royalties*

Em sessão concluída às 3h22 de hoje, foi acatada a criação do Fundo Social com recursos do petróleo do pré-sal, metade dos quais devem ser destinados à educação. Também foi acolhida emenda redistribuindo os *royalties* a todo o país

Moreira, Miaz



Substitutivo do líder do governo, Romero Jucá (ao microfone), foi aprovado com emenda que implanta o sistema de partilha na exploração do petróleo do pré-sal

**A**pós uma maratona de quase 13 horas de discussão, entre cerca de 50 discursos, o Senado aprovou nesta madrugada, por 38 votos a 31, o projeto (PLS 7/10) que cria o Fundo Social com recursos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal. Foi acatado o texto do relator, Romero Jucá, que também implanta o sistema de partilha para a exploração do petróleo. Os senadores aprovaram ainda emendas para distribuir os *royalties* entre todos os estados e municípios – e não apenas os produtores – e para destinar 50% do Fundo Social à educação pública. A capitalização da Petrobras (PLC 8/10) foi também acatada. **4 e 5**

### Incentivo à pesquisa em universidades privadas

Projeto aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia obriga a participação de universidades particulares em programa de pesquisa científica e tecnológica. **8**

### Projeto busca acelerar obras e coibir desvios

CCJ aprova e deve enviar à Câmara proposta que responsabiliza empresas fiscalizadoras por deixar de informar desvio de recursos em obras públicas. **6**

### Duas frentes de ataque à morosidade da Justiça

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto de Pedro Simon que pode antecipar mudanças no Código de Processo Civil sugeridas por comissão de juristas. **3**

### Mudanças na Lei Pelé passam em quatro comissões

Após aprovação em reunião conjunta de comissões, proposta que incentiva a formação de atletas e a sua permanência no Brasil tem acordo para ser acatada em Plenário. **6**



Marconi Perillo, Demostenes Torres, presidente da CCJ, e Jarbas Vasconcelos durante reunião da comissão

### Redução de punições para quem deixar de votar

O eleitor que deixar de votar e não se justificar deixará de ser punido com uma série de restrições, segundo projeto aprovado pela CCJ. A comissão concluiu também a votação de novas regras de fidelidade partidária. **7**

### MP sobre retaliação aos Estados Unidos perde validade amanhã **2**

Vence amanhã o prazo de validade da medida provisória por meio da qual o governo pode retaliar os Estados Unidos pela concessão de subsídios aos produtores de algodão

## MP que permitiu retaliar EUA precisa ser votada amanhã

O BRASIL PODE aplicar sanções comerciais autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países, no caso de descumprirem acordos comerciais. Isso permitiu retaliar os Estados Unidos pelo fato de concederem subsídios aos produtores de algodão. A Medida Provisória (MP) 482/10, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/10, trata dessas retaliações e, embora ainda não tenha chegado ao Senado, precisará ser votada até amanhã, sob pena de perder eficácia.

O governo alega que a MP, de fevereiro, não se restringe à disputa entre Brasil e EUA quanto aos subsídios para o algodão, e que foi elaborada para atender quaisquer situações futuras de retaliação em propriedade intelectual. Serve, portanto, para qualquer caso de vitória do

Brasil em contendas comerciais na OMC, embora a finalidade imediata tenha sido a represália contra os EUA. A disputa começou em 2003, quando o Brasil acusou os EUA de dar subsídios aos produtores de algodão. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os EUA deram subsídios de US\$ 12,5 bilhões a esses produtores no período de 1999 a 2003, o que permitiu ao país permanecer como vice-líder mundial de produção da *commodity*. Segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), os maiores produtores de algodão, pela ordem, são: China, Estados Unidos, Índia, Paquistão, Uzbequistão, Brasil e Turquia.

Em 2006, o Brasil fez nova queixa junto à OMC, pois os EUA não teriam tomado medidas recomendadas pela instituição. Como a situação perdurou, a OMC condenou os EUA em 2008, abrindo caminho para o Brasil

impor sanções que compensem os danos econômicos gerados pelos subsídios americanos. A retaliação brasileira foi calculada no ano passado em, pelo menos, US\$ 294,7 milhões por ano, mas o valor poderá ser maior, dependendo das negociações com a OMC.

Aprovado pela Câmara na terça-feira, o PLV autoriza medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do Brasil relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, nos casos de descumprimento de obrigações multilaterais por membros da OMC, quando o país for autorizado por essa instituição.

Os deputados incluíram no PLV a aplicação de multa para os bancos que enviarem ao exterior recursos para pagamento de lucros com os direitos de propriedade intelectual antes do recolhimento de taxa sobre esses valores.



Plantação de algodão nos Estados Unidos: subsídio combatido pelo Brasil dá vantagem competitiva ao produto norte-americano

### Compras com critérios sustentáveis

Os diretores-gerais do Senado e da Câmara, Haroldo Tajra e Sérgio Sampaio, assinam hoje acordo de cooperação técnica que prevê a criação de um grupo de trabalho para discutir a adoção de critérios sustentáveis nas compras e contratações realizadas pelas duas Casas.

A iniciativa promovida pelo programa Senado Verde e pelo Ecocâmara vai discutir a inclusão de critérios socioambientais nas licitações. É um primeiro passo para a elaboração conjunta de um marco regulatório que irá nortear os editais de compras do Senado e da Câmara.

Ainda hoje, o presidente do Senado, José Sarney, recebe 52 crianças que integram a Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta.

Após a recepção, as crianças visitarão a exposição Faça a Coisa Certa, promovida pelo Senado Verde. A mostra, que está na chapeleira do Congresso, explica o programa de coleta de resíduos implantado no Senado.

### Senado deve analisar na quarta o Estatuto da Igualdade Racial

O Plenário do Senado deve votar na próxima semana o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, conforme ficou definido em acordo firmado entre o ministro da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araujo, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), e o autor da proposta, Paulo Paim (PT-RS).

Diante de militantes de organizações de defesa dos direitos dos negros, que aguardavam a deliberação sobre o projeto ainda ontem, o ministro explicou o acordo realizado. O texto será o primeiro item da pauta da reunião da comissão na próxima quarta-feira e dali seguirá para o Plenário, mediante requerimento de urgência. A ideia é que seja votado pelo Plenário na tarde do mesmo dia.

– Como governo, entendemos que esse é o melhor entendimento possível para a votação desse projeto, é o melhor acordo possível – disse Eloi Araujo.

Ao seu lado, Paulo Paim disse aos representantes de organizações que esse não é o projeto

ideal, mas representa 90% do que os movimentos negros brasileiros desejam. O primeiro projeto sobre o assunto foi apresentado por Paim no ano 2000, quando ainda era deputado federal. Eleito senador, ele voltou a apresentar o projeto em 2003.

A proposta hoje em exame é fruto de um amplo debate com entidades da sociedade civil. Ao longo da tramitação da matéria, sugestões oriundas de diversos setores do movimento negro foram incorporadas, como as cotas para afrodescendentes nas universidades e o maior rigor contra a intolerância a cultos religiosos de origem africana.

Aprovado pelo Senado em novembro de 2005, o projeto do Estatuto da Igualdade Racial seguiu para a Câmara dos Deputados, onde foi acolhido em setembro de 2009, sob a forma de substitutivo, com várias alterações ao texto original. Em razão das mudanças, a proposta voltou à Casa para nova análise dos senadores.



Sarney (C) preside reunião com Mão Santa (E), Marconi, Heráclito e Patrícia

### Discussão sobre plano de carreira do Senado é adiada

Os membros da Mesa do Senado, reunidos ontem, não chegaram a um consenso a respeito do plano de carreira dos servidores. Apesar de a maioria desejar que o texto fosse logo enviado ao Plenário para lá ser emendado – sem a concordância da 2ª vice-presidente, Serys SIhessarenko (PT-MT), e com a ausência, no momento da discussão, do 1º vice, senador Marconi Perillo (PSDB-GO) –, os parlamentares resolveram adiar o debate.

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), 4ª secretária da Mesa, afirmou que o texto será distribuído aos senadores o quanto antes para que tomem conhecimento do seu teor.

O presidente do Senado, José Sarney, informou que, se Serys e Marconi não referendarem o documento, nova reunião deverá ser marcada para se buscar um consenso. Ele lembrou que a aprovação do plano – projeto de lei que deve passar também pela

Câmara – não depende da aprovação da reforma administrativa da Casa, projeto de resolução em análise em uma subcomissão.

#### Terceirizados

Apesar de a empresa Adserver ter vencido a licitação do Senado para a contratação de copeiros e contínuos por oferecer o menor preço, Patrícia Saboya afirmou ter obtido, da Mesa, garantias de que o contrato não se efetivará pelo “mau comportamento” da empresa no cumprimento de seus contratos com a Casa.

Patrícia informou que também foi aprovado ato para evitar o nepotismo. O ato estabelece, disse a senadora, que os funcionários terceirizados com algum grau de parentesco com servidores em cargo de direção terão que ser demitidos. Também foi aprovado ato disciplinando a jornada de trabalho dos servidores do Senado.

#### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do **Jornal do Senado** de amanhã.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão ordinária deliberativa

**14h** A sessão de hoje é deliberativa. A pauta seria definida após as votações realizadas de madrugada. Prevista para as 10h, foi adiada a sessão extraordinária do Plenário para o terceiro dia de discussão da proposta de reforma do Código de Processo Penal (CPP).

### Presidência Conferência infanto-juvenil

**10h** O presidente do Senado, José Sarney, participa, no Plenário, da terceira sessão de discussão do projeto de lei que reforma o Código de Processo Penal. Às 15h50 recebe 52 crianças de várias nacionalidades que participam da Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CI Reserva de assentos para obesos

**8h30** A Comissão de Infraestrutura discute o projeto que determina a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Analisa ainda a indicação de nomes para diretorias do Dnit, da Antaq e da Anac.

### CRE Embaixadores na Armênia e no Senegal

**9h30** As indicações de Maria Elisa Teófilo de Luna para o cargo de embaixadora no Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia, e de Rudá Gonzales Seferin para embaixador na Albânia serão examinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)



Malta, entre Getschko e Guilherme Almeida, preside reunião da CPI da Pedofilia

## Informatização de processos para facilitar acesso a dados de pedófilo

A informatização do processo de autorização judicial para o acesso a dados de pedófilos contidos em provedores da internet foi defendida ontem por Guilherme Alberto de Almeida, chefe de gabinete da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Ele participou de audiência na CPI da Pedofilia em que foi debatido o marco legal da rede mundial.

Por sua vez, Carlos Eduardo Miguel Sobral, coordenador da Unidade de Repressão aos Crimes Cibernéticos da PF, considerou absurda a situação atual, que permite aos provedores manterem no ar imagens de pornografia infantil, deixando de atender pedido policial não amparado por autorização judicial.

O presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, Demi Getschko, disse que, em breve, para se registrar um domínio nessa entidade, será necessário informar o CNPJ ou CPF, sendo que tais informações serão de acesso público.

O senador José Nery (PSOL-PA) questionou o representante do Ministério da Justiça sobre denúncia feita na quarta-feira, em Plenário, por Eduardo Suplicy (PT-SP), de rastreamento de atividades de internautas por provedores. Guilherme Almeida considerou um desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos a interceptação de suas comunicações telemáticas ou telefônicas em busca de seus dados de acesso para oferecer publicidade.

## Magno Malta nega ter feito ataques à Igreja Católica

O senador Magno Malta (PR-ES) afirmou que não atacou a Igreja Católica "em nenhum momento" em seu trabalho como presidente da CPI da Pedofilia, e voltou a enaltecer a coragem do papa Bento XVI por ter admitido a existência de casos de abusos de menores por religiosos católicos.

Malta disse ter visitado o arcebispo de Vitória (ES), D. Luiz Vilela, para falar sobre a CPI, e lamentou que alguns padres estejam desaconselhando a escolha de seu nome nas eleições por supostos ataques à Igreja.

– A CPI não tem poupado ninguém, seja juiz, deputado, padre, médico, rico ou pobre.

## Projeto que define e pune a alienação parental passa na CDH

Também conhecida como "implantação de falsas memórias", a síndrome da alienação parental – que acontece, por exemplo, quando um dos pais incita os filhos contra o outro (pai ou mãe) – é o tema do projeto de lei (PLC 20/10) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A CDH manteve o texto dos deputados, em acordo com o voto do relator, Paulo Paim (PT-RS). A proposta ainda será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela definição apresentada no projeto, "considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua

autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este".

Entre os exemplos da síndrome, o texto cita: "campanha" de desqualificação da conduta do pai ou da mãe; imposição de dificuldades ao exercício da autoridade do pai ou da mãe; criação de obstáculos ao contato e convivência com pai ou mãe; omissão, ao pai ou à mãe, de informações relevantes sobre a criança ou o adolescente; e apresentação de falsas denúncias.

Já as medidas para inibir o problema e punir os infratores vão da advertência à suspensão da autoridade parental, podendo incluir inversão da guarda, multa, acompanhamento psicológico e fixação em juízo do domicílio da criança ou do adolescente.

## Para relator, reforma permitirá maior sintonia entre CPP e Constituição

A reforma do Código de Processo Penal (CPP) permitirá maior sintonia entre o texto a ser aprovado e a Constituição federal, disse ontem o senador Renato Casagrande (PSB-ES), durante a segunda sessão extraordinária para discussão do PLS 156/09, do senador José

Samuel (PMDB-AP).

Para Casagrande, relator do projeto, o atual código, aprovado em 1941, precisa ser atualizado para garantir maior agilidade aos processos penais. Por meio da reforma do atual código, observou o senador, o Brasil vai unir-se aos países vizi-

inhos no movimento de adequar a legislação penal às constituições democráticas aprovadas ao longo dos últimos anos.

Samuel concordou com o relator sobre a necessidade de se promover rapidamente a mudança na legislação de processo penal.

– Essa é uma pauta de extrema importância para o país. Não dá rendimentos eleitorais ou jornalísticos, não merece nem carta de leitor, mas é uma matéria que precisa da visão de futuro que os senadores possam ter – afirmou.

O senador José Nery (PSOL-

PA) disse que a alteração do atual código é uma "exigência da sociedade brasileira", especialmente dos que "vivem o drama da violência e da criminalidade e que veem os processos todos emperrados por um conjunto de regras obsoletas".

# CCJ aprova mudanças no Código de Processo Civil

UM DIA APÓS a apresentação oficial do anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 498/09) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera e acrescenta artigos ao texto legal em vigor. As modificações dizem respeito, entre outros assuntos, a depoimentos por videoconferência, reajuste da multa para recursos protelatórios, homologação de sentença estrangeira e contagem de prazos processuais.

Alguns desses aspectos foram ressaltados pelo relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS). Segundo explicou, a possibilidade de a testemunha depor por videoconferência foi proposta para facilitar a produção de provas. Esse recurso deverá

ser utilizado no caso de a testemunha estar presa ou residir em outra comarca. Irá substituir também a inquirição por carta, forma de comunicação adotada quando a testemunha reside em comarca próxima.

Valter Pereira também recomendou a aprovação de ajuste do CPC à Emenda Constitucional 45/04 no que se refere à homologação de sentença emitida por corte estrangeira. A mudança na Constituição transferiu a competência de homologação do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre as dez emendas do relator, uma tratou de assegurar que todo e qualquer prazo para providências exigidas das partes seja contado em dias úteis, como também consta do anteprojeto do novo CPC formulado por uma comissão

de juristas. O relator ponderou que a aprovação do PLS 498/09 vai acelerar a vigência.

O projeto, como a proposta dos juristas, também busca conter a avalanche de recursos nas ações judiciais. Emenda de Valter Pereira dá ao relator de recurso o poder de rejeitar recurso considerado inadmissível, prejudicado, infundado ou em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante do STF ou do STJ. Por outro lado, estabelece a aceitação do recurso se a decisão questionada manifestamente contrariar súmula ou jurisprudência dominante desses tribunais superiores.

– Em suma, trata-se do aprimoramento da lei instrumental por um projeto de autoria do senador Pedro Simon com a colaboração do ministro aposentado do STJ Athon Gusmão Carneiro – concluiu Valter Pereira.



Ministro Luiz Fux, do STJ, e o presidente da CCJ, Demostenes Torres

## Alvo da reforma do CPC foi a morosidade da Justiça, diz Fux

Coordenador da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de novo Código de Processo Civil, o ministro Luiz Fux, do STJ, afirmou ontem que o alvo da proposta foi a "tormentosa morosidade" da Justiça. O grupo se esforçou para eliminar as três principais causas do problema: o formalismo dos processos, o excesso de recursos aos tribunais e a litigiosidade desenfreada no país desde os anos 1970, tendência nunca revertida, disse Fux.

Para dar uma ideia da crise enfrentada pelo Judiciário em decorrência do excesso de processos, Fux citou o caso das cadernetas de poupança, envolvendo pedidos de reconhe-

cimento da inflação dos antigos planos econômicos: há mais de 1 milhão de ações em curso. Entre as chamadas demandas de massa, orientadas para um mesmo objetivo, ele citou a questão em torno da assinatura por serviço básico de telefonia. Ações foram ajuizadas em todo o país, até que a questão foi julgada pelo STJ, em favor da legalidade da cobrança. Processos como esse poderão ser acelerados e uniformizados pelo chamado incidente de resolução de demandas repetitivas.

Diversos senadores elogiaram o trabalho dos juristas. Conforme o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a maté-



Marcus Vinícius Coelho (acima), da OAB, e Bruno Dantas, do Senado, integraram a comissão de juristas



ria deverá tramitar do mesmo modo que a proposta do novo Código de Processo Penal (CPP): apresentado como projeto de José Sarney, o texto passará por comissão especial de senadores que ele deverá designar.

Projeto, que também altera o regime de exploração de concessão para o de partilha, recebeu emenda obrigando a aplicação em educação pública básica e superior da metade do Fundo Social. O Plenário aprovou ainda o texto que prevê a capitalização da Petrobras após a cessão de 5 bilhões de barris à empresa

## Senadores defendem aplicação de verbas na educação

Durante a discussão do projeto que cria o Fundo Social do pré-sal, um grupo de senadores defendeu a destinação dos recursos para a educação.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “será um crime contra a nação” destinar os recursos do pré-sal a gastos imediatos. Para Cristovam, o grande desafio é descobrir uma maneira de transformar o petróleo em “energia permanente” e o senador acredita que isso só poderá ser feito se o petróleo for “transformado em educação”. Cristovam pediu a aprovação de emenda de sua autoria e de Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto determinando a aplicação dos recursos em educação de base.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) também pediu aprovação de emenda de sua autoria, de Ideli Salvatti e de Inácio Arruda (PCdoB-CE)

destinando 50% dos recursos do fundo para a educação. (Essa emenda foi aprovada na madrugada de hoje.)

– Entendo que essa é a política social mais importante para combater a pobreza e a fome. Mesmo com todos os esforços de Lula, investimentos do governo em educação hoje estão ainda em cerca de 5% do produto interno bruto.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também defendeu a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação.

Já Inácio Arruda entende que os royalties e o Fundo Social não são a grande questão,

e sim a forma como o Brasil conseguirá manter essa riqueza em suas mãos.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) chamou a atenção para a importância de o Fundo Social ser um fundo de poupança, garantindo que as gerações futuras também possam usufruir desses recursos.

Gerson Camata (PMDB-ES) disse que nem o presidente Getúlio Vargas, criador da Petrobras, nem o ex-presidente Fernando Henrique, que quebrou o monopólio do petróleo, lembraram-se de instituir um fundo “para os excluídos”.

Por sua vez, César Borges (PR-BA) manifestou a sua preocupação com o uso do argumento do período pré-eleitoral como fator impeditivo para a discussão sobre a destinação dos recursos do petróleo do pré-sal.

O senador defendeu a proposta de criação de um fundo de recursos do pré-sal de maneira equilibrada entre todos os estados e municípios.

Kátia Abreu (DEM-TO) disse que “o mais grave” no projeto do governo é o fato de caber ao Congresso aprovar apenas as linhas gerais do Fundo Social, enquanto caberá ao governo definir, sozinho, os gastos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que o presidente do Senado não permitisse que o Legislativo fosse humilhado pelo Executivo, aceitando a votação de tema complexo em curto prazo.

Jefferson Praia também defendeu que o Congresso exerça forte fiscalização sobre o conselho deliberativo que será criado com a missão de propor ao Executivo as prioridades na aplicação dos recursos do fundo. Cristovam previu que o conselho sofrerá forte pressão, mas que nenhuma criança ou representante da educação pedirá dinheiro.

– Queremos transformar essa riqueza em permanente ou gastá-la no presente? Se a opção é gastar no presente, esse projeto está bom. Se a intenção é transformá-la em permanente, tem que ser destinada à educação – declarou.

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu que o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), reveja sua posição de rejeitar emenda que destina recursos do fundo para

a preservação e a conservação da Amazônia. A emenda, do próprio Jefferson Praia, determina que no mínimo 20% dos recursos do fundo sejam aplicados na redução da pobreza e na preservação da Amazônia.

– É a única área comprometida com o futuro. Não temos o direito de queimar essa reserva – disse.

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu que o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), reveja sua posição de rejeitar emenda que destina recursos do fundo para

“Será um crime contra a nação” empregar recursos em gastos imediatos, disse Cristovam



Debates que precederam a aprovação de dois projetos do marco regulatório do pré-sal iniciaram às 14h30 e se estenderam por quase 13 horas, com discussões entre os senadores sobre vários temas, como sistema de partilha, divisão dos royalties e recursos para educação

# Senado aprova Fundo Social e redistribui royalties do petróleo

O PLENÁRIO DO Senado aprovou nesta madrugada, após uma maratona de quase 13 horas de sessão e cerca de 50 discursos, dois dos quatro projetos que compõem o marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal: o PLS 7/10, que cria o Fundo Social e implanta o sistema de partilha do petróleo entre as empresas exploradoras e o governo, e o PLC 8/10, que autoriza a capitalização da Petrobras após a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo à estatal.

O substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, ao projeto que cria o Fundo Social, que recebeu 38 votos favoráveis, 31 contrários e 1 abstenção, retornará para análise da Câmara dos Deputados, uma vez que o texto aprovado também define que o regime de partilha será o modelo adotado na exploração do petróleo da camada pré-sal, que se estende no subsolo marinho que vai do litoral de Santa Catarina ao Espírito Santo.

Os parlamentares também aprovaram emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RR) que distribui os royalties do petróleo entre todos os estados e municípios, estabelecendo que a União compensará

os estados produtores – Rio de Janeiro e Espírito Santo – pela perda de recursos. A emenda de Simon foi aprovada por 41 votos a 28. Romero Jucá afirmou, no entanto, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá vetar essa determinação.

Também foi aprovada emenda resultante de acordo entre os senadores destinando 50% dos recursos do Fundo Social para a educação pública básica e superior. A emenda determina ainda que, do total dos recursos, 80% precisam ser aplicados na educação básica.

O regime de partilha é previsto no PLC 16/10, que se encontra em tramitação no Senado, mas Jucá preferiu incorporá-lo ao seu substitutivo. A outra parte do projeto, que trata da divisão dos royalties, seria deixada para novembro, após as eleições.

Pelo regime de partilha aprovado, o petróleo extraído passa a ser da União, depois de deduzidas as parcelas da empresa contratada referentes ao custo e à participação no óleo excedente. O regime de partilha é adotado, segundo Jucá, por países produtores como Síria, Omã, Nigéria, Indonésia, Angola, Egito, Índia e China.

Dos 81 senadores, 79 marcaram presen-

ça no Plenário. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), por exemplo, com dores de coluna, chegou em cadeira de rodas por volta da 0h30 de hoje.

Os opositores disseram concordar com o Fundo Social do pré-sal, mas não aceitaram a emenda que trata do sistema de partilha. Vários senadores da base do governo já haviam manifestado apoio à emenda de Pedro Simon, aprovada durante a votação complementar a que foi submetida o texto de Jucá.

A emenda de Simon determina a distribuição de 44% dos royalties (15% sobre a produção, descontados os custos da extração) para os estados e municípios, tendo por base os fundos de Participação dos Estados e dos Municípios – 22% dos royalties ficariam com a União para formar o Fundo Social.

Os líderes governistas e os do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estados que hoje recebem mais de 90% dos royalties, alegam que seus estados perderão dinheiro. A emenda, porém, prevê que a União compensará os estados com a sua parte de royalties. O governo não aceita a alternativa, pois só o Rio de Janeiro recebe hoje, por ano, cerca de R\$ 7 bilhões em royalties e em participações especiais.

## Regime de partilha é alvo de críticas de vários senadores, que tomam a defesa do modelo de concessão

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou, durante a discussão do projeto que cria o Fundo Social e da emenda que institui o regime de partilha do petróleo do pré-sal, que o governo está propondo a volta do monopólio do petróleo para as mãos da Petrobras, “mas sem mexer na Constituição”.

– Esse assunto vai parar no Supremo Tribunal Federal. Há insegurança jurídica e isso pode afetar o ânimo

dos investidores – alertou.

O senador entende que o governo poderia obter a mesma arrecadação se mantivesse o sistema de concessão, desde que passasse a cobrar mais dos poços de elevada produção. “A partilha é desnecessária para o pré-sal. Fica mais difícil fiscalizar. Por que mudar um modelo que deu certo a ponto de levar a Petrobras a descobrir o petróleo do pré-sal?”, questionou.

Por sua vez, a senadora Kátia Abreu disse que o modelo de concessão apresenta baixíssimo potencial de corrupção, uma vez que é baseado no investimento privado. Kátia Abreu e também o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltaram ainda que países com democracia plena usam o modelo de concessão. Já os regimes autoritários mais comumente optam pela partilha. Alvaro citou entre os países que adotaram

o modelo de partilha Angola, Indonésia, Casaquistão e Líbia.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu que a Marinha brasileira receba recursos suficientes a fim de que possa se aparelhar adequadamente para cuidar da área de exploração do pré-sal.

A adoção do regime de partilha na concessão de campos da camada pré-sal é um grande erro de política industrial, afirmou Francisco Dornel-

## Fonte de recursos para o desenvolvimento

O Fundo Social é um mecanismo de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da previdência, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os projetos e programas do Fundo Social observarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Entre os objetivos do Fundo Social, está o de constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União; oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social e regional; e mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis. É vedado ao Fundo Social conceder garantias, de forma direta ou indireta.

O Fundo Social terá como



Romero Jucá (D, com Arthur Virgílio): líder do governo relatou projeto

recursos a parcela do valor do bônus de assinatura que lhe for destinada pelos contratos de partilha de produção; a parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos; a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei; os royalties e a participação especial dos blocos do pré-sal já licitados destinados à administração

direta da União; os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e outros recursos destinados por lei ao fundo.

A política de investimentos do Fundo Social será definida pelo Comitê de Gestão Financeira (CGFFS), que terá sua composição e funcionamento estabelecidos pelo Executivo, assegurada a participação do ministro da Fazenda, do ministro do Planejamento e do presidente do Banco Central.

## Apelos pela votação imediata da distribuição dos royalties

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) defendeu a votação de uma forma de distribuição dos royalties do petróleo que beneficie os estados e municípios não produtores. Ele informou que tem recebido ligações de prefeitos do Piauí pedindo que os senadores não deixassem o assunto para mais tarde, pois existia risco de perda potencial para as prefeituras.

Heráclito recebeu apoio de senadores de estados não produtores, mas foi contrariado pelos representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, estados produtores de petróleo na plataforma marítima e que ficam hoje com mais da metade dos royalties. Francisco Dornelles alertou para o fato de que a chamada emenda Ibsen Pinheiro, aprovada pela Câmara, fere contratos, pois manda redistribuir os royalties de áreas já licitadas conforme critérios dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Magno Malta (PR-ES), Gerson Camata e Renato Casagrande (PSB-ES) ponderaram

que a emenda Ibsen afeta os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e que os senadores, se a aprovassem, estariam promovendo o desequilíbrio da Federação. Defenderam a votação agora, e não após as eleições, os senadores José Agripino (DEM-RN), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Mário Couto. Jarbas disse que, se o Senado mantivesse o que a Câmara aprovou, seu estado, Pernambuco, passaria a receber de royalties R\$ 1,8 bilhão por ano, e não os atuais R\$ 71 milhões.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação das emendas ao projeto de lei (PLC 7/10) do Fundo Social do pré-sal que tratam da divisão dos royalties do petróleo. Na mesma linha, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) chegou a pedir o adiamento da votação do PLC 7/10, caso não fosse apreciado o novo modelo de distribuição dos royalties.

Para Camata, a aprovação de uma nova forma de distribuição dos recursos dos royalties somente poderia ocorrer por meio de uma proposta de emenda constitucional.

Magno Malta (PR-ES), Gerson Camata e Renato Casagrande (PSB-ES) ponderaram

## Estados produtores apontam inconstitucionalidade

A única discussão aceitável no que diz respeito à distribuição dos royalties deve se concentrar nos acordos a serem firmados para exploração da camada pré-sal. Discutir contratos já em vigor é inconstitucional, afirmou o senador Renato Casagrande. Mesmo assim, ele defendeu a necessidade de mais tempo para que seja fechado um acordo sobre os royalties do pré-sal.

– Lideranças de vários partidos chegaram a um entendimento de que esse assunto não pode ser tratado agora, antes das eleições, sobretudo pela contaminação provocada pelo processo eleitoral. O relator, senador Romero Jucá, até já marcou a data para a votação dessa matéria. Insistir em votar hoje [ontem] e aprovar essa partilha, além de inconstitucional, é impor uma derrota sem necessidade ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo – afirmou Casagrande.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) acrescentou que o Senado, como Casa da Federação, não pode permitir que “uma maioria eventual, constituída por interesses eleitorais ou econômicos, massacre uma minoria” e só lhe deixe como alternativa o direito de se indignar. Já Epietácio Cafeteira (PTB-

MA) disse ter sugerido emenda ao PLC 7/10 propondo que parte dos recursos seja destinada à Marinha, com o objetivo de que a força se equipe para garantir a propriedade brasileira do mar territorial.

Gerson Camata também insistiu que a distribuição dos royalties só pode ser modificada por tempo para que seja fechado um acordo sobre os royalties do pré-sal.

Se o Congresso quiser estender a divisão aos estados que não produzem petróleo, terá que fazê-lo por meio de proposta de emenda constitucional, disse.

Se essa nova divisão for efetuada por meio do PLC 7/10, que institui o Fundo Social do pré-sal, ela será derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), previu. Royalty é uma indenização assegurada aos estados, Distrito Federal e municípios pela exploração em seu território, plataforma continental ou mar territorial, argumentou Camata.

– Vamos encontrar um acordo e deixar a votação para depois da eleição para que possamos perder esse clima de guerra.

Magno Malta, por sua vez, disse que os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo não podem ser desestabilizados e “jogados em um fosso, de forma desnecessária e consciente”.

Senadores querem que emendas sobre a divisão dos royalties fossem votadas antes das eleições

## Projeto de lei profissionaliza merendeiros

Projeto que reconhece e incentiva a profissionalização de merendeiros foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, de Flávio Arns (PSDB-PR), exige a presença de técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar – designação oficial desses profissionais – nas redes de ensino.

O PLS 28/10 altera a lei que trata da alimentação escolar na educação básica e do Programa Dinheiro Direto na Escola (Lei 11.947/09), além de estabelecer a presença, nas escolas, de técnicos habilitados como profissionais da educação. Pela proposta, o processo de aquisição, preparo, distribuição e avaliação da merenda deve ser realizado de forma profissional e envolver gestores, nutricionistas e técnicos em alimentação escolar.

A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), frisou que é fundamental que os merendeiros possuam conhecimento e habilitação para orientar a alimentação dos jovens. Para Augusto Botelho (PT-RR), a centralização do cardápio escolar pode favorecer a corrupção.

## Motoboy poderá receber adicional de periculosidade

As atividades de motoboy, mototáxi e motofrete, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, poderão passar a ser enquadradas como perigosas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proporcionando a esses profissionais o direito a adicional de periculosidade. A determinação está prevista em texto aprovado ontem pela CCJ, que segue agora para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Atualmente, pela CLT, só são consideradas atividades perigosas aquelas que impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

O projeto (PLS 193/03), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), promovia cinco alterações na CLT (Lei 5.452/43). Mas o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), destacou que recentemente o Senado aprovou proposta que deu origem à Lei 12.009/09, que “regulamenta o exercício das atividades desses profissionais e já engloba a maioria das alterações propostas”. Diante disso, Suplicy propôs a inclusão desses profissionais no texto do artigo 193 da CLT, enquadrando as atividades como perigosas.

Reunião conjunta de quatro comissões aprova projeto que incentiva a formação dos novos jogadores e estimula a permanência dos atletas no país, segundo descreve relator



Relator da proposta, Alvaro Dias (E) conversa com Demostenes Torres e Tasso Jereissati durante reunião das comissões

## Mudanças na Lei Pelé agora precisam passar no Plenário

EM REUNIÃO CONJUNTA, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovaram ontem o projeto que altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98). Acordo entre governo e oposição deve permitir a aprovação do texto no Plenário do Senado e, depois, na Câmara.

Um dos principais objetivos do projeto (PLC 9/10), conforme o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), é incentivar a formação dos novos jogadores e estimular a permanência dos atletas no país.

– O projeto organiza melhor o esporte nacional, garantindo o direito de retorno pelos investimentos feitos na formação de

atletas, estabelecendo a possibilidade de multas rescisórias que desestimulam a saída precoce de jogadores [para o exterior] – enumerou Alvaro Dias, lembrando que, como contrapartida, os clubes se comprometem a fornecer formação educacional aos jovens atletas.

Pelo texto aprovado, o clube formador pode celebrar o primeiro contrato, por cinco anos, com direito de preferência a novo contrato de três anos. A proposta estipula a multa a que o jogador poderá ter direito se o clube rescindir o contrato, variando de um mínimo de 100% do restante a ser pago até o término do acordo a um máximo equivalente a 400 salários mensais. Para as transferências

internacionais, não haverá limite para pactuar multas.

O projeto garante ainda aos clubes formadores uma compensação pelo que investiram no atleta: até 5% do valor envolvido em cada transferência nacional, sendo 1% por ano de formação de jogador de 14 a 17 anos e 0,5% quando a idade for de 18 ou 19 anos.

### Transmissões

Um ponto polêmico, objeto de emenda, foi equacionado por meio de acordo. Foi garantido às emissoras de tevê o direito de transmitirem as competições esportivas, no limite de 3% do tempo de duração dos eventos, mesmo que não sejam titulares dos direitos.

## CDH aprova quatro projetos que beneficiam deficientes

Quatro projetos que beneficiam pessoas com deficiência foram aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Entre os benefícios previstos, estão aposentadoria especial, garantia de acesso aos estudos, isenção de impostos para aquisição de cadeira de rodas e permissão para que o trabalhador que cuida de deficiente possa se ausentar do serviço. As propostas ainda devem passar por outras comissões.

A aposentadoria especial está prevista no PLC 40/10, que reduz o tempo de contribuição exigido para que o deficiente se aposente. A redução varia conforme diversas condições, que envolvem desde a

gravidade da deficiência e a idade do beneficiado até o período de contribuição.

O PLS 22/10 garante aos deficientes o acesso a atendimento escolar em locais especiais, exigindo que eles comprovem a impossibilidade de frequentar estabelecimentos de ensino.

A isenção tributária para a compra de cadeira de rodas – inclusive para equipamento motorizado – está no PLS 277/09. Já o PLS 369/09 permite que o responsável por portador de deficiência (ou pessoa acometida por doença que exija tratamento especial) se ausente do emprego por até 10 horas da jornada semanal de trabalho.

## Proposta prevê indenização para cobaias humanas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que prevê indenização às pessoas que sofreram danos à saúde provocados por experimentos científicos. A proposta (PLS 78/06), de Cristovam Buarque (PDT-DF), estabelece também que o pesquisador, o patrocinador e a instituição realizadora da pesquisa são corresponsáveis pelos “aspectos éticos e legais” do experimento.

Cristovam diz que apresentou o projeto motivado por denúncias “sobre a utilização de moradores de comunidades ribeirinhas como cobaias humanas em pesquisa sobre a malária no Amapá”.

## Maior rigor na fiscalização de obras públicas

Empresas contratadas para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos de órgãos públicos poderão ser responsabilizadas em caso de constatação (não apontada por elas) de desvios de recursos na realização das obras. É o que determina proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Segundo o autor do projeto, Pedro Simon (PMDB-RS), a sugestão foi apresentada pela Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) e visa evitar fraude nos serviços prestados por terceiros contratados pela administração pública para fiscalizar e acompanhar contratos, obras ou serviços públicos.

A proposta (PLS 332/05), que altera artigo da Lei das Licitações (Lei 8.666/03), busca reduzir no país o número de obras e serviços inacabados, mal executados ou com caracterizado desvio de dinheiro público, conforme Simon. Segundo ele, muitos dos relatórios apresentados pelas empresas terceirizadas para acompanhar a execução desses contratos não correspondem à realidade das obras e serviços realizados.

“Se, no futuro, for verificado que a obra foi superfaturada, que as informações não estão corretas, que o material não está de acordo com o contrato, as empresas, face à sua condição de responsáveis solidárias, serão também chamadas a ressarcir os cofres públicos”, explica o autor do texto.

O relator na CCJ, Osmar Dias (PDT-PR), elogiou a matéria. “As fraudes recorrentemente verificadas nesse campo, que levam a desvios de recursos públicos e ao atraso na conclusão de obras indispensáveis à população, podem ser refeeadas com a responsabilização instituída no projeto”.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • César Borges • Mão Santa • Augusto Botelho • Acir Gurgacz • Serys Slhessarenko

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão de Justiça aprova diversos projetos, inclusive o de Marco Maciel que mantém voto obrigatório, mas diminui punição a faltante

# Redução de punições para eleitor que não votar e não se justificar

O ELEITOR QUE deixar de votar e não se justificar no prazo legal deixará de ser punido com uma série de restrições, como determina o atual Código Eleitoral (Lei 4.737/65). O fim de sete punições está previsto em projeto de lei do senador Marco Maciel (DEM-PE) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 244/06) mantém apenas a multa que varia de R\$ 1,05 a R\$ 35,10 para o eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 dias após a realização da eleição. No entanto, o eleitor pode ficar livre, por exemplo, da proibição de se inscrever em concurso ou tomar posse em cargo público.

O eleitor que não tiver votado nem se justificado também poderá obter passaporte ou carteira de identidade; receber remuneração de órgãos e entidades estatais; participar de licitação pública; obter empréstimo de entidades financeiras estatais; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo e praticar qualquer ato para o



Projeto de Maciel (foto menor) foi acolhido pela CCJ em decisão terminativa

qual se exija quitação do serviço militar ou Imposto de Renda. Tudo isso é proibido pelo Código Eleitoral em vigor.

Marco Maciel considera todas essas restrições "de constitucionalidade duvidosa", alegando violação de princípios fundamentais, como o da cidadania. Na avaliação do senador, a multa imposta, bem como a possibilidade de cancelamento do registro caso o eleitor deixe

de votar em três pleitos consecutivos, já são "medidas suficientemente desestimuladoras do absentismo voluntário do eleitor".

– Continuo defensor do voto obrigatório, por entender que o voto não é só um direito, mas um dever. É fundamental enraizar essa consciência cívica no exercício da cidadania democrática – argumentou Maciel.

O relator do PLS 244/06, An-



Cristina Gallo

tonio Carlos Júnior (DEM-BA), admitiu a aplicação das atuais restrições apenas aos eleitores que não comprovarem o alistamento eleitoral. Para ele, as penas de multa e perda do título a partir da terceira ausência consecutiva em pleitos são suficientes.

## Partido que mudar programa não pode cobrar fidelidade

Os partidos políticos que não cumpram ou alterem seu programa poderão perder as cotas mensais de recursos do fundo partidário. Mudança na orientação programática também poderá impedi-los de punir quem decidir trocar de partido. As medidas constam de projeto de lei (PLS 622/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado ontem pela CCJ em decisão terminativa.

A Lei 9.096/95 dá liberdade aos partidos para fixar objetivos e estabelecer, em estatuto, sua estrutura interna, organização e forma de funcionamento. A proposta altera essa norma para acrescentar a obrigatoriedade de os partidos apresentarem em seu programa os princípios éticos e de identidade política, bem como seus objetivos. Na hipótese de mudança no programa, o partido seria impedido de punir os que continuarem a pautar seus mandatos pelas diretrizes vigentes na eleição.

Cristovam argumenta que os próprios partidos devem ser fiéis aos seus princípios antes de exigirem fidelidade de seus integrantes. Já o programa deve servir de orientação aos eleitores na escolha de candidato a cargo público.

O relator do PLS 622/07, Demostenes Torres (DEM-GO), acolheu emenda de Valter Pereira (PMDB-MS) determinando que o abuso de poder político, econômico ou de autoridade em convenção ou prévia partidária desobriga da fidelidade o candidato prejudicado. Ajuste na emenda proposto por Demostenes impôs a exigência do reconhecimento prévio desse abuso pela Justiça Eleitoral.

## Projeto da fidelidade partidária está pronto para ir à Câmara

A CCJ concluiu ontem a análise do projeto que exige três anos de filiação a um mesmo partido para qualquer candidato a cargo eletivo, além de prever perda de mandato para quem deixar a legenda pela qual for eleito. A matéria foi aprovada em turno suplementar pela comissão, em decisão terminativa, de modo

que seguirá diretamente para a Câmara se não for apresentado requerimento para votação em Plenário.

Segundo justifica o autor da proposta original (PLS 289/05), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), "o voto é, na realidade, uma espécie de condomínio entre o parlamentar e o partido que o

elegeu; portanto, o troca-troca de partidos desrespeita, acima de tudo, a vontade do eleitor e representa, na realidade, uma espécie de fraude eleitoral".

O relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou substitutivo acrescentando três ressalvas pelas quais o candidato não precisará

respeitar o prazo de três anos e nem perderá o mandato em caso de mudança de sigla. São elas: incorporação ou fusão do partido; criação de novo partido; e mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário ou grave discriminação pessoal que torne impossível a convivência partidária.



Deputado Emanuel Fernandes e Eduardo Azeredo, presidente da comissão mista

## Comissão ouvirá envolvidos em denúncia sobre dossiê

A Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência aprovou ontem, a pedido dos deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR) e Emanuel Fernandes (PSDB-SP), requerimento para que sejam ouvidos o delegado aposentado da Polícia Federal Onésimo Sousa e o ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Martins de Araújo. De acordo com a revista *Veja*, Onésimo teria sido convidado por

Idalberto para participar de uma equipe que prepararia um dossiê com informações contra o pré-candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra.

Na reunião, o presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou relatório sobre a proposta de Política Nacional de Inteligência, encaminhada pela Presidência da República.

## CCJ aprova criação de cargos no governo federal

Três projetos que tratam da criação de cargos na administração federal foram aprovados ontem pela CCJ. O Projeto de Lei de Câmara (PLC) 54/10 cria 44 cargos em comissão na Advocacia-Geral da União e 27 na Procuradoria-Geral Federal. Já o PLC 64/10 transforma 3.292 cargos vagos nas carreiras da Previdência, da Saúde e do Trabalho em cargos nas áreas de Ciência e Tecnologia, da Cultura e no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Os dois projetos foram aprovados em caráter terminativo e seguem para sanção.

O PLC 65/10, por sua vez, transforma 446 funções comissionadas em cargos em comissão e gratificações devidas a militar e segue para análise pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Os cargos serão destinados ao Ministério da Defesa para a organização da quinta edição dos Jogos Mundiais Militares, que ocorre no Rio de Janeiro, em julho de 2011.

## Adiada votação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A sessão conjunta marcada para examinar projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos terminou ontem sem a votação da matéria por parte das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente (CMA).

Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu verificação de quórum sob a alegação de que não foram cumpridos os preceitos regimentais, uma vez que duas das quatro comissões não

teriam aprovado a votação conjunta. Já para o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), o regimento foi obedecido e o assunto foi amplamente debatido. Para resolver o impasse, Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriu que Cícero fosse indicado para relatar o projeto em Plenário. O presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), lembrou que a proposta tramita há mais de 20 anos e que alterações obrigarão a nova análise por parte da Câmara.



Cícero Lucena: duas das quatro comissões não teriam aprovado a votação conjunta do projeto de lei

## Osmar Dias: Paraná cresce com agronegócio



Osmar Dias

O agonegócio foi o grande responsável pelo crescimento da economia paranaense, que deve superar o crescimento da economia nacional, destacou ontem o senador Osmar Dias (PDT-PR). O estado, assinalou, tem "uma vocação para a agricultura", notadamente a familiar, atividade em que cerca de 350 mil produtores geram 1,1 milhão de empregos. Ele defendeu um programa permanente em benefício do setor. A indústria automobilística e os serviços, especialmente o turismo, foram os outros setores responsáveis pelo crescimento do Paraná, afirmou.

## Recursos para safra são insuficientes, diz Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) ressaltou ontem a liberação de R\$ 116 bilhões para financiar a safra agrícola 2010/2011, anunciada pelo governo. O valor é 7,4% maior que o liberado em 2009, mas pode ser insuficiente para a demanda, disse.

Na opinião do senador, os produtores vêm sofrendo com a perda de rentabilidade a cada ano, o que inibe a expansão da atividade agropecuária.

— O setor rural não busca privilégios, quer condições que permitam produzir em igualdade com outros países — afirmou.

## Flexa Ribeiro ouve reivindicações de paraenses

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou ao Plenário viagem de quatro dias que fez pelo interior do estado do Pará, quando visitou os municípios de Marabá, Xinguara, Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo, entre outros.

Flexa Ribeiro disse ter encontrado lideranças comunitárias e religiosas, empresários e políticos para ouvir os desejos e reivindicações da população e tentar formar uma agenda de compromissos para a futura campanha eleitoral no estado.

## Jorge Yanai quer investimentos na área de transporte

Jorge Yanai (DEM-MT) chamou a atenção para a necessidade de investimentos em infraestrutura de transporte, especialmente no Centro-Oeste, sacrificado pela falta de condições de escoamento da produção.

— Esperamos que o novo governo a ser eleito tenha consciência da urgência de investir em todas as modalidades de transporte de carga do país e também nos portos — disse.

Programa pretende apoiar atividades de pesquisa científica e tecnológica, além de ajudar na transferência de conhecimentos para o setor produtivo e órgãos públicos



Flexa Ribeiro na presidência da reunião da CCT: projeto faculta participação de demais instituições de ensino superior

# Estímulo à pesquisa científica nas universidades particulares

AS UNIVERSIDADES PARTICULARES poderão contar com o Programa de Estímulo às Atividades de Pesquisa Científica. A autorização para a criação do programa por essas instituições foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa. Como foi aprovada por meio de substitutivo, a proposta passará por votação complementar na próxima semana. O substitutivo, apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), determina que a participação das universidades privadas no programa será obrigatória. As demais instituições privadas de ensino superior, se optarem por participar, terão igualdade de condições em relação às universidades.

O programa tem como ob-

jetivo apoiar a realização de atividades de pesquisa científica e tecnológica naquelas instituições. Também visa apoiar a transferência de conhecimentos e tecnologias para o setor produtivo, órgãos públicos e atividades culturais.

Proposto pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), o projeto (PLS 409/03) prevê como fontes de receitas 2% do faturamento bruto das universidades privadas com taxas de matrículas e 20% da receita proveniente da comercialização de patentes, cultivares, marcas e outros resultados de pesquisas desenvolvidas com o apoio do programa. Também poderão ser feitas doações de pessoas físicas, jurídicas e fundações.

Hélio Costa reconheceu o aprimoramento da proposta, pelo substitutivo, e explicou

que, para chegar ao modelo final do seu projeto, realizou várias reuniões com representantes de entidades, empresas, universidades e centros universitários particulares.

### Voz do Brasil

Na mesma reunião, a CCT discutiu projeto (PLC 109/06) que flexibiliza a transmissão do programa *Voz do Brasil* para um horário entre 19h e 22h.

O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apresentou um substitutivo determinando o horário de transmissão de acordo com a conveniência de cada rádio, no período entre 19h e 0h30 do dia seguinte.

A CCT também aprovou 51 projetos de decreto legislativo para a exploração de serviço de radiodifusão em diversas cidades do país.

## Trabalho social voluntário poderá contar como estágio

Serviços sociais e comunitários prestados por estudantes poderão ser considerados como estágio no currículo acadêmico. Projeto com esse objetivo, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue agora para a Comissão de Educação (CE), na qual receberá decisão terminativa.

Conforme a proposta (PLC 297/09), as atividades sociais feitas por iniciativa própria ou da instituição de ensino serão equiparadas a estágio, desde que prestadas em área de afinidade com o curso frequentado pelo estudante. A medida, que altera a Lei dos Estágios (Lei 11.788/08), também estabeleça que tais atividades sejam vinculadas, especialmente, à educação popular. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), disse serem relevantes as ações que visem à melhoria das condições de vida de minorias carentes.

## Projeto inclui direitos das mulheres no currículo escolar

Serão enviados à Comissão de Educação (CE) dois projetos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o PLC 79/09, que inclui os direitos das mulheres no currículo do ensino médio, e o PLS 186/08, que prevê avaliações específicas para os estudantes indígenas. As propostas foram aprovadas ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Proposto pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), o projeto sobre os direitos das mulheres determina que o conteúdo a ser ministrado no ensino médio abordará "aspectos históricos, sociológicos, econômicos, culturais e políticos que envolvem a luta da mulher pela conquista da igualdade de direitos".

Pela proposta que trata dos alunos indígenas, de Cristovam Buarque (PDT-DF), "os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas".

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 63/10) do Poder Executivo estabelece que a universidade será instalada no município de Redenção (CE). A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) será a próxima a analisar a matéria, a ser votada em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), ressaltou o compromisso da Unilab em ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária com vistas à integração entre o Brasil e os demais membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estimular a produção brasileira de livros e incrementar o acesso da população às publicações é o objetivo do Fundo Nacional Pró-leitura (FNPL), cuja criação foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Esporte (CE). Pelo projeto (PLS 294/05), que segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, o fundo objetiva captar recursos e destiná-los a projetos que fomentem a produção, distribuição e comercialização dos livros, incluindo a exportação, como prevê a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03). Terá recursos do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, entre outras fontes, e não terá prazo determinado de duração.

Também destina-se a ações para manter e atualizar o acervo de bibliotecas públicas e inclusão de livros em sistema Braille, além da capacitação de pessoas que trabalham nos setores gráfico, editorial e livreiro.

## Ziraldo mostra em quadrinhos o que é a RBC

O cartunista Ziraldo cumpriu o que prometeu no ano passado ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP): elaborou uma história em quadrinhos explicando como funciona a renda básica de cidadania (RBC), criada a partir de projeto do senador que virou a Lei 10.835, sancionada pelo presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. O próprio Suplicy leu o texto e mostrou, em Plenário, os desenhos aos demais senadores e aos telespectadores da TV Senado.

Intitulado *Uma história feliz (RBC – A renda básica da cidadania)*, o trabalho elaborado por Ziraldo conta que renda básica de cidadania é "o nome complicado de uma coisa bem simples": o dinheiro que todo brasileiro receberá para poder sobreviver e ter condições de se manter. "Será o direito de todos participarem da riqueza."



Suplicy

## Denúncia de monitoramento de internautas

Representantes da operadora Oi e dos portais UOL e Terra deverão comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para esclarecer denúncia feita pela revista *Época*. Essas empresas teriam estabelecido parceria com a companhia inglesa Phorm para utilizar um programa que rastreia e registra todos os movimentos realizados por usuários da internet. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que apresentará requerimento à CCJ propondo a realização da reunião.

## Arthur Virgílio pede mais verba para refinaria

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que a bancada do Amazonas não se conformará com a diminuição dos investimentos na Refinaria de Manaus (Reman). Ele informou que o plano estratégico da Petrobras para o período entre 2010 e 2014 não prevê investimentos na Refinaria de Manaus e prioriza refinarias do Nordeste.

— Os amazonenses não se conformarão jamais. A bancada do Amazonas não abrirá mão da Reman — garantiu.

Virgílio disse que, caso se interrompa a modernização da refinaria, a Reman não poderá atender às crescentes exigências da legislação ambiental. O senador considera de "importância máxima" os investimentos.